

Ariosto Teixeira

## Contra o exemplo histórico

É nula a probabilidade de que o presidente Fernando Henrique Cardoso renuncie ao mandato em abril do ano que vem, a fim de se lançar candidato a uma cadeira no Senado, embora esta não seja uma opinião unânime entre os políticos.

Desde dezembro, tornaram-se crescentes as especulações nesse sentido, que têm incluído a publicação de notas em jornais e comentários em programas de rádio e televisão.



**Apequenar** – A especulação tem base em fatos recentes e históricos. No ano passado, Fernando Henrique ouviu do ex-presidente José Sarney um conselho para que examinasse a hipótese. Ele próprio, em 1990, conquistou no Amapá o mandato de senador, seis meses depois de passar o cargo a Fernando Collor, que se elegeu chamando-o de corrupto.

O boato que prospera nos bastidores é o seguinte: Fernando Henrique deixaria o governo com a maioria dos ministros, por força da lei eleitoral de desincompatibilização, e se lançaria pelo Tocantins, por Goiás ou pelo Distrito Federal. Obteria assim imunidade futura con-

tra eventuais retaliações políticas. A opção por um Estado de baixa densidade eleitoral lhe garantiria a vitória.

O vice Marco Maciel completaria os oito meses restantes de mandato. Mas se Maciel desejar também a vaga de senador, ele igualmente deixaria o governo para candidatar-se por Pernambuco. Nesse caso, o presidente da

Câmara, Aécio Neves, assumiria a Presidência, como terceiro na hierarquia do poder.

Nada disso está nos planos de Fernando Henrique. Ele diz entre amigos que encerrará sua vida institucional em janeiro de 2003 e desdenha da idéia, observando que “será

menor” tudo o que vier a ser depois de duas vezes eleito pelo povo. O presidente discorda da tese de que essa tem sido a história do presidencialismo brasileiro. Nota que Getúlio Vargas se protegeu com o mandato de senador porque era um ditador deposto. É Juscelino Kubitschek ficou na cena política como senador por Goiás porque queria voltar à Presidência.

A idéia não seduz Fernando Henrique também porque ele acredita que não precisará de imunidade parlamentar e se apequenaria se a procurasse. Crê que seu governo terá êxito e influência decisiva na eleição do sucessor. Além disso, ele está convencido de que a reeleição de 1998 significou um voto de confiança na continuidade do seu programa reformista.